



Diálogos

ISSN 2177-2940



Miunças, café e açúcar: economia e distribuição populacional no século XIX – Província do Espírito Santo

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v29i2.74151>

Jadir Peçanha Rostoldo

 <https://orcid.org/0000-0003-2764-9312>

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória-ES, BR

E-mail: jadirostoldo@gmail.com

Cassava flour, coffee, and sugar: economy and population distribution in the 19th century – Province of Espírito Santo

Abstract: The article analyzes and discusses the territorial distribution of the population of the Province of Espírito Santo in the 19th century, aiming to understand the formation of Espírito Santo society in the period. Discusses the classification of inhabitants, both in statistical treatment and social identification. It details economic production, pointing out its importance in the occupation of the territory. Based on the relationship between the municipalities' incomes and their respective numbers of inhabitants, it allows identifying the connection between the region's economic capacity and population attraction/needs. It concludes that the distribution of the population across the territory and its characteristics were directly impacted by the Province's production chain.

Key words: Population. Economy. Territory. Espírito Santo.

Harina de yuca, café y azúcar: economía y distribución poblacional en el siglo XIX – Provincia de Espírito Santo

Resumen: El artículo analiza y discute la distribución territorial de la población de la Provincia de Espírito Santo en el siglo XIX, con el objetivo de comprender la formación de la sociedad espírito santo en el período. Se analiza la clasificación de los habitantes, tanto en el tratamiento estadístico como en la identificación social. Detalla la producción económica, señalando su importancia en la ocupación del territorio. A partir de la relación entre los ingresos de los municipios y sus respectivos números de habitantes, permite identificar la conexión entre la capacidad económica de la región y la atracción/necesidades poblacionales. Se concluye que la distribución de la población a lo largo del territorio y sus características fueron impactadas directamente por la cadena productiva de la Provincia.

Palabras clave: Población. Economía. Territorio. Espírito Santo.

Miunças, café e açúcar: economia e distribuição populacional no século XIX – Povíncia do Espírito Santo

Resumo: O artigo analisa e discute a distribuição territorial da população da Província do Espírito Santo no século XIX, objetivando compreender a formação da sociedade capixaba no período. Discute a classificação dos habitantes, tanto no tratamento estatístico quanto na identificação social. Detalha a produção econômica, apontando sua importância na ocupação do território. A partir da relação entre as rendas dos municípios e seus respectivos números de habitantes, permite identificar a conexão entre a capacidade econômica da região e a atração/necessidade populacional. Conclui que a distribuição da população pelo território e suas características sofreram o impacto direto da cadeia produtiva da Província.

Palavras-chave: População. Economia. Território. Espírito Santo.

Recebido em: 31/10/2024

Aprovado em: 22/09/2025

História da população e demografia histórica se entrelaçam de tal forma que alguns autores assumem que não existem diferenças entre essas duas ciências. No entanto, dentro desse debate, que aborda questões ligadas as escolhas do espaço e do período de análise coexistem à problemática da mobilidade da população, à dificuldade de transposição e uso de modelos teórico-metodológicos, e a deficiência de aplicação de recursos técnicos. Dentro dessa visão diversa, Nazareth explicita claramente a distinção entre os dois campos.

Enquanto a história da população procura refletir sobre os dados existentes acerca do estado e dos movimentos das populações do passado, a demografia histórica define-se, sobretudo, a partir das fontes que utiliza e da metodologia que desenvolve para investigar o passado. A história da população limita-se à utilização dos dados demográficos para explicar o passado numa perspectiva de dinâmica social. [...] Antes do aparecimento da demografia histórica, a história da população utilizava predominantemente dados brutos recolhidos diretamente nas fontes manuscritas ou indiretamente nas fontes impressas. Posteriormente, com o desenvolvimento dos resultados obtidos pela demografia histórica, a história da população passou a utilizar indicadores mais sofisticados. (apud BACELLAR; SCOTT; BASSANEZI, 2005, p. 340)

A demografia histórica ganha força no esforço das análises históricas que atuam na descrição das características demográficas das populações, e de suas estruturas segundo o sexo, idade, o estado civil e a cor (MOTTA, 1995). Essa investigação aproveita diversas fontes estatísticas, abrindo um leque para trabalhos variados que se aglutinam pelo “fato de trabalharem os dados produzidos pela estatística demográfica moderna, que se agrupam por unidades administrativas fixas, tais como estados, cidades, capitais, unidades de população de determinados tamanhos, regiões históricas e conjuntos nacionais”. (REHER, 1997, p. 107).

Trabalhando juntas, as duas ciências históricas, atuam não apenas na simples descrição do passado demográfico, mas de seu entendimento e aproximação com os acontecimentos do presente e futuro. Para Marcílio (1997, p. 136), “O casamento da Demografia com a História vem sendo realizado com sucesso e entusiasmo entre nós e tem provocado mudanças marcantes nas preocupações dos historiadores, particularmente daqueles que trabalham com as áreas social e cultural”. No mesmo campo de pesquisa, Matos (1995, p. 36, 51) defende que a população “pode ser vista como um recurso que induz à concentração da produção”, desde que esteja disponível para o trabalho em quantidade e qualidade suficientes. Da mesma forma, “A desconcentração demográfica coincide com a desconcentração econômica em vários aspectos”. Essa análise precisa ser relativizada, pois a desconcentração em uma área pode indicar a migração de investimentos para outra, significando uma nova etapa do processo de expansão econômica. Nesse sentido, os estoques

de mão-de-obra são importantes vetores no entendimento da história das sociedades em seus territórios.

A historiografia capixaba vem tratando a algum tempo do tema população, diversidade étnica e ocupação territorial, na esteira da história do Espírito Santo, buscando visualizar o crescimento, movimentação e composição da população vinculada, principalmente, ao contexto da escravidão e da imigração europeia. A proposta deste artigo é extrapolar esse contexto, ampliando a análise com o entrelaçamento da diversidade social, aspectos econômicos e geográficos. Com essa concepção nos debruçamos sobre a população capixaba, catalogada em 1856, caminhando com os conceitos de história da população, demografia histórica, território e diversidade. O objetivo é explorar um novo campo de análise da formação, composição e diversidade da população capixaba distribuída em seus territórios, desnudando suas características, funções e impactos.

O contexto histórico e a fonte

Os dados e características da população do Espírito Santo, na segunda metade dos anos 1850, refletem dois movimentos fundamentais para sua compreensão: a migração forçada de negros, com a escravidão, e o início da migração da força de trabalho livre de origem europeia, como colonos. Lembrando que esses grupos migratórios tiveram de se relacionar e interagir com a população autóctone, em busca de ocupação dos territórios.

Sendo assim, esmiuçar o censo capixaba de 1856 garante a oportunidade de identificar um momento que se configura por mudanças e rupturas políticas, sociais e econômicas, desencadeadas nas esferas do Estado, seja no âmbito nacional ou provincial. A sociedade do período pós independência do Brasil (1822), absorveu e teve de se adaptar a todo o novo contexto e roupagem que o país ia adquirindo. A passagem de Colônia para Império não foi pacífica, provocando um embate, nas províncias, entre os movimentos autonomistas e aqueles que desejavam manter a união com Portugal. Da mesma forma, as novas relações externas impunham mudanças na inserção no sistema econômico internacional, com reflexos diretos na mão-de-obra interna e disponível.

Além disso, as disputas políticas e pelo poder marcaram o período (FAUSTO, 2001). Como registrou Alencastro (1997, p. 14), “Enquanto a corte se ajeitava no caos pré-urbano do Rio de Janeiro, importantes mudanças atravessavam o território colonial”. Pimenta (2009, p. 57) também registra que a criação de um “Império do Brasil” teve de superar desavenças e dissidências entre as províncias e no interior delas, e que o período inicial do governo de Pedro I pode ser considerado como “de crise de consolidação da nova ordem”. Para o autor,

[...] elementos políticos, culturais, institucionais, econômicos e simbólicos que, inseridos nas estruturas da

sociedade colonial luso-americana, exerceram determinações sobre a formação da ordem nacional brasileira no seu nascedouro, viram-se de alguma maneira transfigurados pelo processo de Independência. (PIMENTA, 2009, p. 73)

Com a mesma importância, acontecimentos impactaram a década de 1850. Nos referimos a introdução de imigrantes europeus na sociedade brasileira e capixaba; e o encerramento do tráfico internacional de escravos, que afetaram diretamente a estrutura social e econômica do Brasil e do Espírito Santo. Aspectos distintos e interligados da evolução brasileira que ajudam a explicar a história do Espírito Santo.

A política imigrantista levada a efeito pelo governo imperial nos princípios do século XIX tinha, certamente, como objetivo mais amplo, promover o povoamento do país. No entanto, com o passar do tempo, à medida que a instituição escravista começa a sofrer ameaças, vai se tornando cada vez mais patente a íntima correlação entre o movimento imigrantista e a necessidade de substituição do braço escravo. (ROCHA, 2000, p. 23)

Dentro desse cenário, o “Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo”, publicado em 1858, representa uma fonte fundamental para compreensão da realidade regional, que se amplia para a nacional. Escrito por, José Marcellino Pereira de Vasconcellos, é resultado da vontade do autor em apresentar sua terra natal, ou seja, não foi produzido como obrigação legal ou a pedido, mas representa o resultado de pesquisas e experiência próprias, uma visão pessoal da história do território capixaba. José Marcellino foi um importante intelectual, escritor, funcionário público, jornalista, advogado e político durante boa parte do século XIX no Espírito Santo, como homem público ganhou projeção local e na corte. Exerceu vários cargos, desde procurador da câmara municipal de Vitória, aos 18 anos, até deputado provincial e geral. Nessas atuações adquiriu experiência vivendo no interior e na sede da província, assim como no Rio de Janeiro. Muitas de suas obras estão na área do direito, mas também produziu publicações históricas importantes, uma das quais vamos analisar. Segundo Carmo (2015, p. 39) “Sua entrada como sócio [do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB)] se deu quando apresentou exemplares do seu Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo”. Para o IHGB a publicação passou a ser um exemplo para outras da espécie.

O documento:

[...] narra a história da província como um todo e traça suas características naturais, econômicas e administrativas, para depois se ater aos municípios em específico – a história e os aspectos naturais de cada

qual é narrada de maneira breve, mas é narrada. [...] Como exemplar de ensaio histórico de meados do século XIX, o livro de Vasconcellos [...] se fundamenta em argumentos lógicos e racionais pautados em documentos e referências, e não aborda o conteúdo de maneira exaustiva. [...], mas se atém ao rigor nas informações [...]. A forma e o conteúdo se atrelam na medida em que se pretende uma contribuição para algo maior. [...] a intenção de contribuir com algo maior parece se referir à própria reescrita da história provincial, [...] o Ensaio de Vasconcellos se pretende uma contribuição para a história de sua província, não ambiciona ser ‘a história’ da província. (CARMO, 2015, p 54-55)

Na primeira parte do documento está descrito todo o processo histórico de ocupação e estruturação da Província desde a chegada do primeiro donatário, em 1535, assim como suas características gerais. A partir dessas características, e dos dados e informações mais detalhados, nosso principal foco de análise está nos territórios e suas populações, como essas se formaram e eram constituídas. Vale destacar que o Ensaio representa também uma obra relacionada aos objetivos da história populacional e da demografia histórica, apresentando e analisando dados coletados de fontes primárias, mas também agrupando e trabalhando esses dados. É um exemplo de como essas duas ciências podem atuar em sintonia.

De espaço a território: quem eram os habitantes?

Analisar a estrutura e distribuição espacial da população é um procedimento que já vem sendo feito a algum tempo pela historiografia. Essas pesquisas apontam expressivas relações entre as atividades econômicas e os deslocamentos espaciais da população, sobretudo no que diz respeito à distância, aos movimentos por etapas, à configuração das correntes e contracorrentes, entre outros aspectos. Compreender essa dinâmica envolve investigar os contatos que se estabelecem entre as diversas formas de estabelecimentos humanos, dando prioridade as combinações e diferenciações que se manifestam no espaço.

Se o modo como são organizados os elementos do espaço pode ser visto como um resultado histórico da atuação dos atores políticos, econômicos e sociais, os fluxos de informação, capitais e pessoas permitem e alimentam o dinamismo das formas e funções que compõem e caracterizam cada região. [...] Considerando que a organização dos elementos do espaço deve ser encarada como o resultado histórico da atuação dos atores políticos, sociais e econômicos, os fluxos de informação, capitais e pessoas, por exemplo, permitem e alimentam o dinamismo das formas e funções dos elementos que compõem e caracterizam o espaço. (LOBO, 2016, p. 20, 24)

Importante também é entender a relação entre espaço e território. O espaço vem antes do território, que se forma em função de atores que se apropriam daquele de forma concreta e abstrata.

O território é um espaço modificado pelo trabalho e que revela relações de poder. Para Santos (2000), território é um espaço socialmente usado, o locus onde são produzidas as ações dos homens, das empresas, dos estados e demais instituições sociais. O território pode ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico que resulta das ações de todos os agentes, envolvendo o movimento da sociedade e os interesses sociais.

Haesbaert (apud SILVA e TOURINHO, 2017) também vincula o território à categoria de poder, tanto o poder no sentido concreto de dominação (poder político), quanto ao poder simbólico, conectado a apropriação de determinados grupos em seu espaço de vivência. O território delimitado por e a partir de relações de poder não se configura apenas dentro dos limites político-administrativos estabelecidos por linhas e marcos divisórios, mas envolve diferentes espaços e agentes sociais, indo desde o Estado até organizações sociais (SOUZA, 2000). Vale ressaltar que a análise da territorialização abarca necessariamente as relações entre as dimensões física e histórica. Nesse contexto, um território pode representar desde uma pequena localidade, passando por um município, até toda a província ou país.

Diversidade étnica é fator primordial nessa análise, não se pode entender um espaço, um território, sem conhecer qual a diversidade que o habita. A identificação da população brasileira, no século XIX, seguiu a proposta de classificação em termos de condição civil, e entre livre e escravos. Essa proposta mudou a partir do século XX, onde passou a ocupar o primeiro plano as análises da diversidade social, cultural e histórica, que mudavam a partir das diferentes condições de vida, oportunidades, e problemas de discriminação e preconceito (SCHWARTZMAN, 1999).

O Quadro 1 detalha a distribuição territorial da população do Espírito Santo, em 1856. Partindo dele vamos analisar a ocupação espacial da Província, optando por manter os nomes das localidades como constam no documentos original. Os dados foram colhidos ao longo da publicação, e segundo Vasconcellos (1858) a secretaria de polícia¹ foi a responsável por sua organização. Os municípios, formados por freguesias, distritos de paz e povoações, estão ordenados pela quantidade total de habitantes. A classificação político-territorial, do Brasil Imperial, determinava que as atividades jurídicas e administrativas se concentrassem nas vilas e nas cidades. Todos os núcleos populacionais, que estavam em seus limites geográficos, dependiam integralmente da gestão do núcleo central e esse conjunto formava o município (PAULA; ALMEIDA, 2016). Na Província do Espírito Santo essa divisão “se processou com base no florescimento das *povoações*, as quais, de acordo com o progresso alcançado, eram transformadas

¹De acordo com o Regulamento nº 120, de 31 de janeiro de 1842, art. 58, parágrafo 17, era atribuição do Chefe de Polícia “Organisar, por meio dos seus Delegados, Subdelegados, Juizes de Paz e Parochos, o arrolamento da população da Provincia.” (BRASIL, 1842)

em *freguesias* e elevadas à categoria de *vilas*, para depois assumirem a classificação de *idades*” (CÔGO, 2007, p. 48, grifo do autor). O Mapa 1, produzido em 1856, dispõe os território da Província em suas respectivas localizações, sendo um instrumento fundamental para compreensão da análise feita neste trabalho.

Quadro 1. População da Província do Espírito Santo, por Município e seus Territórios – Livres e Escravos, 1856.

Município	Territórios	Habitantes	Livres	Escravos
Victoria		15.660	12.133	3.527
	Cidade de Victoria	5.002		
	Freguezia de Vianna	3.502		
	Freguezia de Carapina	1.330		
	Freguezia de Cariacica	4.122		
	Districto de Paz de Itapóca ²			
	Districto de Paz de Mangarahy	1.704		
Itapemirim		8.443	4.998	3.445
	Villa de Itapemirim	4.393		
	Districto de Paz de Cachoeiro	2.739		
	Districto de Paz de Itabapoana	1.311		
	Districto de Paz de Alegre			
	Districto de Paz de Barra do Muqui			
Benevente		4.157	3.612	545
	Villa de Benevente	3.030	2.618	412
	Povoação de Piuma	1.127	994	133
Serra		4.012	2.923	1.089
	Villa da Serra	2.524	2.004	520
	Freguezia do Queimado	1.488	919	569
São Matheus	Cidade de São Matheus	3.602	1.743	1.859
Guarapary		3.342	2.924	418
	Villa de Guarapary	3.342	2.924	418
	Districto de Paz de Meahipe			
Santa Cruz	Villa de Santa Cruz (Povoação de Aldêa Velha)	2.837	2.586	251

² “Em 1832, o Código do Processo regulamentou nova divisão judiciária, denominando a área de jurisdição dos magistrados locais como Distrito de Paz. [...] é possível admitir que os distritos de paz e as freguesias/capelas filiais compartilhassem as mesmas medidas territoriais na província capixaba.” (MOTTA, 2013, p. 110) Não foram indicados habitantes para algumas dessas localidades, resolvemos mantê-las para conservar a identificação dos territórios da Província.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Miunças, café e açúcar: economia e distribuição populacional no século XIX – Província do Espírito Santo

Nova Almeida	Villa de Nova Almeida	2.513	2.048	465
Barra de São Matheus	Villa da Barra de São Matheus	2.251	1.897	354
Espirito Santo	Villa do Espirito Santo	1.311	1.031	280
Linhares	Villa de Linhares	964	928	36
Total		49.092	36.823	12.269

Fonte: Vasconcellos, 1858, p. 99; 133-211; 215-216.

Mapa 1. Carta da Provincia do Espírito Santo, 1856.



Fonte: Vasconcellos, 1856.

Importante destacar que os habitantes foram classificados em Livres e Escravos, não importando a sua cor. Esse é um indicador de que, pelo menos para a estatística da população, era aceito o entendimento de que a cor era subjetiva e socialmente definida, construída a partir dos

elementos e estruturas da sociedade. Independente de branco, pardo ou preto, o que importava era a condição de livre ou escravo. Machado registra que a maioria dos pesquisadores

[...] concordam que, por sua subjetividade, o uso social da cor, no Brasil, foi em grande medida um fenômeno tributário do esforço de produzir diferenças no interior do grande grupo de indivíduos que não eram escravos/negros ou livres/brancos. Ademais, esse caráter subjetivo da cor também se adequava bem a uma sociedade na qual o trânsito social de cada um se definia no âmbito das relações interpessoais. [Admitindo] que no Brasil escravista a arbitrariedade quanto ao fenótipo obedecia a padrões sociais, tanto o que caracterizava o conjunto maior, quanto suas múltiplas expressões regionais. (MACHADO, 2008, p. 46,62)

Essa situação se apresentou também nos arrolamentos feitos pela secretaria de polícia em 1842 e 1861, que serviram de fontes para os Relatórios dos Presidentes de Província de 1844 e 1862 (ESPÍRITO SANTO, 1845; 1862), e os subsequentes. A manutenção da metodologia corrobora nossa posição de que a instituição da cor passou a ser subjetiva, uma determinação que dependia da posição social do sujeito. O que importava era a categorização de livre ou escravo.

Outro fator que chama atenção no Quadro 1, e nas informações no documento, é a forma de tratamento dos indígenas. A quantidade de índios não foi discriminada por território, mas apenas citada no grupo de “livres”. O montante de 6.051 indivíduos representava 12,32% do total de habitantes e 16,43% dos livres da Província, um percentual pequeno levando em consideração o enorme espaço de florestas existente, *habitat* natural dos “índios ‘selvagens’ dos sertões” (MOREIRA, 2017, p. 114). A referência direta só aparece quando o autor trata do Aldeamento Imperial Affonsino, que seguia o modelo estratégico do governo para catequisar e “civilizar” os índios. Segundo Vasconcellos (1858, p. 132) a estrutura estava reduzida a presença de 23 índios e que não prosperava como era esperado devido a problemas na administração e, principalmente, na forma de tratamento dada aos mesmos pelo responsável religioso, o Fr. Bento de Genova. Essa mesma forma de exposição foi utilizada nos Relatórios dos Presidentes de 1844 e 1862, demonstrando que era um padrão adotado no tratamento aos indígenas. Vasconcellos (1858) não fugiu a regra e, seguindo a padronização da época, incluiu os “índios ‘civilizados’ da província” (MOREIRA, 2017, p. 114) na categoria de livres.

Ora, essa mudança trouxe grandes vantagens para o governo, pois se os índios deixaram de ser antissociais ganharam o *status* de civilizados, podendo ser submetidos às mesmas leis dos demais livres. Isso sugere uma estratégia de “apagamento” dessa categoria da sociedade organizada e civilizada. Aos indígenas era oferecida a opção dos aldeamentos e, após se tornarem aptos a viverem em sociedade, poderiam ser inseridos nela, como livres. A desconstrução da identidade indígena se iniciou desde quando todas as nações foram classificadas apenas como “índios”, sem

nenhuma especificidade. Entre os séculos XVI e início do XX, catequizar era o elemento fundamental do processo de sobreposição dos modelos europeus aos modelos indígenas: cristianizar, catequisar e civilizar era o objetivo (BRAGA, 2005). Segundo Almeida essa forma de representação que “por tanto tempo caracterizou as abordagens históricas sobre os índios no Brasil era, de fato, coerente com as perspectivas historiográficas e as políticas indigenistas vigentes no século XIX e em boa parte do XX”. Em sua análise destacou que

A pouca importância dada às atuações dos índios e o apagamento de suas identidades étnicas construíram-se *pari passu* com a supervalorização do desempenho dos colonizadores em narrativas eurocêntricas e preconceituosas [...]. Ainda muito presentes no senso comum da população brasileira, essas ideias, além de extremamente danosas à autoestima dos índios, reforçam entre os não indígenas sentimentos preconceituosos e discriminatórios que resultam em atitudes de intolerância e violência contra eles. Desconstruí-las é tarefa essencial dos historiadores. (ALMEIDA, 2017, p. 19-20)

A visão superficial sobre as sociedades indígenas explica sua ausência nos levantamentos detalhados, gerando um vácuo nas análises sobre a população capixaba no início do Império.

Características e motivadores da ocupação

A ocupação do território da Província expunha os processos que se realizavam sobre seu espaço geográfico, além de todas as conexões que eram estabelecidas a partir desses movimentos. O Quadro 2 registra as rendas por municípios e seus respectivos habitantes, com o objetivo de identificar a relação entre a capacidade econômica da região e a atração/necessidade populacional. Esse quadro também inclui os rios mais importantes da Província, de acordo com suas léguas navegáveis. É inegável o fundamental papel exercido por essas vias de transporte no período, que dependendo de sua capacidade navegável e facilidade de atracação facilitavam e davam suporte ao crescimento das povoações conectadas aos mesmos. Eles demarcaram não só o litoral capixaba, mas também deram nome e sustentação a várias localidades.

O município de Victoria concentrava cerca de 1/3 da população e a maior renda da Província, isso se justificava devido a vários aspectos. A comarca era um Arcebispado, ligado ao Bispado do Rio de Janeiro, que na hierarquia da administração eclesiástica estadual controlava todo o movimento do clero na região. Juntamente com as comarcas de Itapemirim e São Matheus controlava a administração judiciária, atendendo todas as ocorrências da Província. Além disso, como capital de Província, realizava a arrecadação das receitas, sendo responsável por sua gestão, fiscalização e distribuição.³

³ Todos os dados dos territórios apresentados neste tópico estão disponíveis em Vasconcellos (1858).

A baía que banhava a cidade capital era espaçosa com excelentes ancoradouros para várias embarcações, além de protegida do vento. Se conectava ao Rio Santa Maria, que a partir de suas léguas navegáveis ampliava o alcance e as oportunidades econômicas. Essa estrutura de transporte facilitava a movimentação de mercadorias e pessoas, incrementando os negócios. Na capital se concentravam as administrações eclesiástica, jurídica, militar e do governo, além do movimento político. Todo o comércio era feito com o Rio de Janeiro e consistia na exportação de café, cereais e alguma madeira. A vida cultural era restrita, se resumindo a um pequeno teatro particular e a uma sociedade de baile. O município de Vitória também se beneficiou com a fundação de colônias estrangeiras no seu entorno, começando com os açorianos, em 1813, e depois as de Santa Izabel e Rio Novo, já nos anos 1850.

Quadro 2. População, Renda e Léguas Navegáveis, por Município – Província do Espírito Santo, 1856.

Município	Rio	Habitantes	Renda	Léguas ⁴ Navegáveis
Victoria	Santa Maria	15.660	37:192\$452	8
Itapemirim	Itapemirim	8.443	23:933\$612	6
Benevente	Benevente	4.157	3:301\$463	6
Serra		4.012	869\$878	-
São Matheus	São Matheus	3.602	14:908\$896	18
Guarapary	Guarapary	3.342	1:686\$504	0.5
Santa Cruz	Santa Cruz	2.837	3:110\$629	2
Nova Almeida	Reis Magos	2.513	-	8
Barra de São Matheus	São Matheus	2.251	923\$780	18
Espírito Santo		1.311	-	-
Linhares	Doce	964	873\$666	20
Total		49.092	86:800\$880	0

Fonte: Vasconcellos, 1858, p. 35-39; 89-90; 99; 133-211; 215-216.

O município de Serra fazia fronteira com a cidade de Victoria e recebia grande influência dela, tendo em vista o relacionamento histórico dos mesmos. Suas terras eram férteis e sua característica agrícola se materializava no cultivo da cana-de-açúcar e do café. Era o município com a menor renda da Província, em 1856, consequência dos seus muitos negócios que eram registrados como se fossem da capital. A Villa do Espírito Santo também vivia sobre forte influência da capital, exportando para essa sua pequena produção de milho, café, algodão, feijão e arroz. O levantamento

⁴ De acordo com os parâmetros de Costa (1994), e considerando 1 polegada = 2,54 cm, 1 légua equivale a 6,096 Km.

efetuado por Vanconcellos (1858) confirma essa situação quando não indica nenhuma renda para esse território. A pesca era uma prática bastante difundida, assim como as atividades religiosas devido a presença do Convento da Penha, que mantinha uma estrutura de religiosos e cerca de 40 escravos. Esse apelo religioso ensejava a constante presença de romeiros e visitantes, se tornando uma referência na Província.

O território do município de Itapemirim estava em pleno progresso, com a maior parte de suas terras ocupadas e contendo poucos terrenos devolutos. Terras férteis que cultivavam, principalmente, a cana-de-açúcar. Existiam engenhos bem montados, movidos a vapor, responsáveis por processar e tratar o produto na região. O café, o algodão e o fumo também eram produzidos em suas terras. Além da presença de um rio com boa quantidade de léguas navegáveis, se comunicava com a Província de Minas Gérias por uma estrada de terra, pela qual era feito o comércio de gado e toucinho. Isso explica o montante de habitantes do município, assim como sua posição de segunda maior renda provincial.

O município de Benevente contava com uma enseada espaçosa e agradável, cercada por recifes que abriam um caminho para a entrada de embarcações no rio. Sua formação se deve aos aldeamentos jesuítas, que reuniram muitos índios na região e estruturaram as primeiras povoações. Esse fato justificava o seu considerável número de habitantes, assim como sua baixa renda municipal. Possuía muitas terras devolutas, produzindo café, mandioca e algodão, além de exportar diversos tipos de madeiras para o Rio de Janeiro. Guarapary era um município que, apesar de sua ótima posição geográfica, terrenos férteis e uma excelente barra para atracação de barcos, apresentava pouco progresso. Os habitantes se dedicavam principalmente a pesca. Foi palco da criação de importantes aldeias indígenas jesuítas, assim como da presença de fazendas de açúcar que chegaram a ter 400 escravos. No entanto, Vasconcellos registrou, em 1858, que apenas suas terras do litoral eram ocupadas, contendo grandes áreas de terras devolutas.

A Villa de Santa Cruz tem sua formação vinculada a aldeia indígena fundada pelos jesuítas, em 1556. A convivência pacífica e as relações de comércio construídas com os índios, suas terras férteis, abundância de madeiras e a barra do rio acessível para navegação, impulsionaram seu povoamento. Produziam café, cana-de-açúcar e cereais, além da extração de madeiras, que exportavam diretamente para o Rio de Janeiro. A Villa de Nova Almeida também teve sua formação baseada em um aldeamento indígena jesuíta, a partir de 1580, que chegou a reunir cerca de 3.700 indivíduos. Apesar das terras férteis seus habitantes não se dedicavam a agricultura, e a vila se mantinha com um aspecto decadente e sem sinais de progresso. Contribuiu para isso a impossibilidade de sua barra em receber embarcações, apesar do rio dos Reis Magos ser navegável.

A cidade de São Matheus, última povoação na região norte, se beneficiava de terras muito férteis, resultado da proximidade com o rio do mesmo nome, que também dava condições de comércio de sua produção devido à grande extensão de léguas navegáveis. O principal produto cultivado era a mandioca, ingrediente para a farinha, o gênero mais importante de exportação. O café também já registrava uma boa colheita, gerando grandes lucros para os produtores. Assim se explica sua elevada renda. Era a sede da comarca, e mantinha uma estrutura jurídica com juiz de direito e realização de julgamentos. A Villa da Barra de São Matheus também se desenvolveu sob as benesses do mesmo rio, fixando sua estrutura na confluência com o mar. Seus produtos principais eram a mandioca e o café, além de atividades do comércio, da navegação de cabotagem e de ofícios mecânicos. Seus negócios se confundiam com os do município de São Matheus, o que interfere diretamente nos números de sua renda municipal.

Ao norte da Província também ficava a Villa de Linhares, que somava a menor população do território capixaba a época. Sua pequena produção de café, mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar eram consumidas localmente. Utilizavam-se muito da pesca e caça abundantes, alimentos largamente consumidos pelos moradores. Era servida pela lagoa Juparanan, um “pequeno mar d’aguâ doce” (VASCONCELLOS, 1858, p. 141), de enormes dimensões, além de localizada as margens do rio Doce, o maior e mais navegável rio da Província. No entorno dessas estruturas as terras eram férteis, mas ainda pouco exploradas. Apesar de sua posição geográfica pertencia a Comarca de Vitória, segundo Cogô ficava

numa área que, devido à inexistência de vias de comunicação entre as localidades no período, era considerada muito distante do núcleo de São Mateus, do qual não era parte integrante. Neste sentido, Linhares mantinha características diferenciadas no conjunto da região norte, sendo considerada a povoação menos desenvolvida do território norte espírito-santense à época, haja vista que não possuía estabelecimentos agrícolas ou industriais dignos de menção [...]. (COGÔ, 2007, p. 44)

Em 1856, um levantamento feito para verificar a situação das 45 sesmarias concedidas as margens do rio Doce, identificou que apenas duas se achavam ocupadas e com alguma atividade. Um contrato formalizado entre o governo e um empresário, em 1856, se propunha a formação de uma colônia com dois mil europeus nas margens do mesmo rio, estrutura essa que não se tem notícias de que prosperou.

A economia agrícola como vetor da distribuição populacional

O detalhamento e informações do “Ensaio”, sobre os territórios do Espírito Santo, indicam sua característica agrícola em meados do século XIX (Quadro 3). Reforçam esses dados a presença

de 9.759 lavradores, maior número de profissionais registrados, assim como a atuação de 364 negociantes (VASCONCELLOS, 1858, p. 216). Os negociantes exerciam um papel de destaque nesse contexto, pois atuavam na intermediação do processo de compra e venda entre os produtores e os comerciantes locais e externos.

A participação dos imigrantes ainda não era representativa nesse período, totalizando apenas 648 europeus, 61 africanos e asiáticos, de acordo com Vasconcellos (1858, p. 216). O início do movimento migratório, de europeus, para o Espírito Santo, se deu pelas mãos de D. João, em 1813. No mês de fevereiro, daquele ano, chegaram 30 casais de açorianos que foram assentados no atual município de Viana, cerca de 18 km da capital Vitória, todos direcionados para a lavoura (OLIVERIA, 2008, p. 275-276). Anteriormente ao levantamento, de 1856, foram criadas apenas as colônias de Santa Izabel (1847) e Rio Novo (1855). Em sua abertura, Santa Izabel recebeu 163 imigrantes alemães, só voltando a receber novos colonos a partir de 1858. Apesar de sua fundação, em 1855, Rio Novo só passou a receber imigrantes anos depois, devido a problemas relacionados a liberação das terras onde ficaria a colônia (ROCHA, 2000, p.76-77).

Quadro 3. População de Escravos e Livres (1856) e principais Gêneros Exportados (1857), por Município – Província do Espírito Santo.

Municípios⁵	Escravos	Livres	Miunças⁶ (Alqueires)	Café (Arrobas)	Açúcar (Arrobas)	Aguardente (Medidas)
Victoria	3.527	12.133	23.976	89.459	6.391	240
Itapemirim	3.445	4.998	10.195	23.287	15.401	9.720
São Matheus	1.859	1.743	100.748	28.081	0	0
Serra	1.089	2.923	0	0	0	0
Benevente	545	3.612	1.652	4.794	0	0
Nova Almeida	465	2.048	0	0	0	0
Guarapary	418	2.924	287	365	0	0
Barra de S. Matheus	354	1.897	80.970	10.689	0	0
Espírito Santo	280	1.031	0	0	0	0
Santa Cruz	251	2.586	1.346	208	2.682	0
Linhares	36	928	0	0	0	0
Total	12.269	36.823	219.174	156.883	24.474	9.960

Fonte: Vasconcellos, 1858, p. 99, 133-211, 215-216; Espírito Santo, 1858, p. 24 e Mapa nº 5.

⁵ As exportações dos municípios de Serra, Nova Almeida e Espírito Santo eram feitas por Vitória, devido à presença do porto e proximidade (ESPÍRITO SANTO, 1862, p. 83). O município de Linhares não tinha produção a ser exportada.

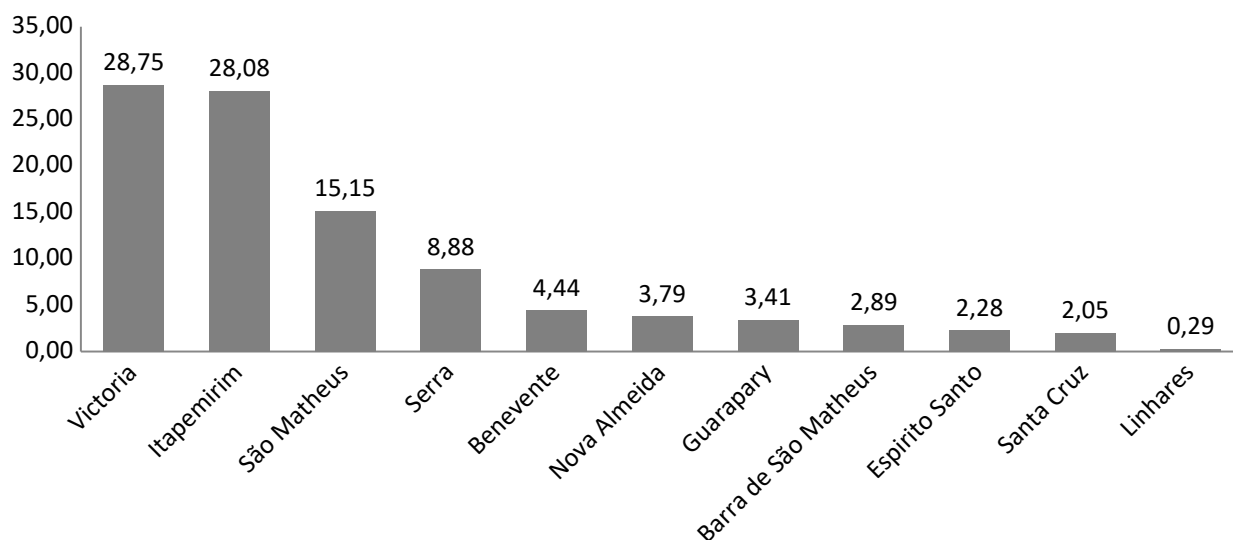
⁶ Termo usado para se referir à farinha de mandioca na Província do Espírito Santo (CÔGO, 2007, p. 46).

O Quadro 3 é esclarecedor quando estratifica os principais gêneros exportados pela Província, em 1857: a miunça, o café, o açúcar e o aguardente. Importante atentar para a presença do café nesse quadro, que segundo Bittencourt (2006, p. 161) ganhou “destaque no Espírito Santo, a partir da ocupação mais dinâmica do sul da província, em meados do século XIX, penetrando pelos vales do Itapemirim e do Itabapoana”. O café se espalhou por toda a Província a partir da região sul; a cana-de-açúcar se concentrou no centro e no sul; e a mandioca tinha sua produção instalada nos municípios do norte.

A produção de miunças, o gênero que mais contribuía para as finanças do Espírito Santo no período, se concentrava nos municípios de São Matheus e de Barra de São Matheus, que se localizavam distante do centro político/administrativo da Província. A base do processo produtor era a mão de obra escrava, com o município de São Matheus tendo um número maior de habitantes escravos do que livres. A miunça também tinha uma boa presença em Victoria e Itapemirim. Juntamente com os municípios do norte, Victoria e Itapemirim também assumiram a ponta nos negócios com o café, lembrando que a capital da Província concentrava as produções dos municípios do seu entorno (Serra, Nova Almeida e Espírito Santo). Itapemirim, que sempre foi o grande produtor de açúcar, e de aguardente por consequência, passou a compartilhar seu território com o café, que caminhava para se tornar o produto mais importante da região.

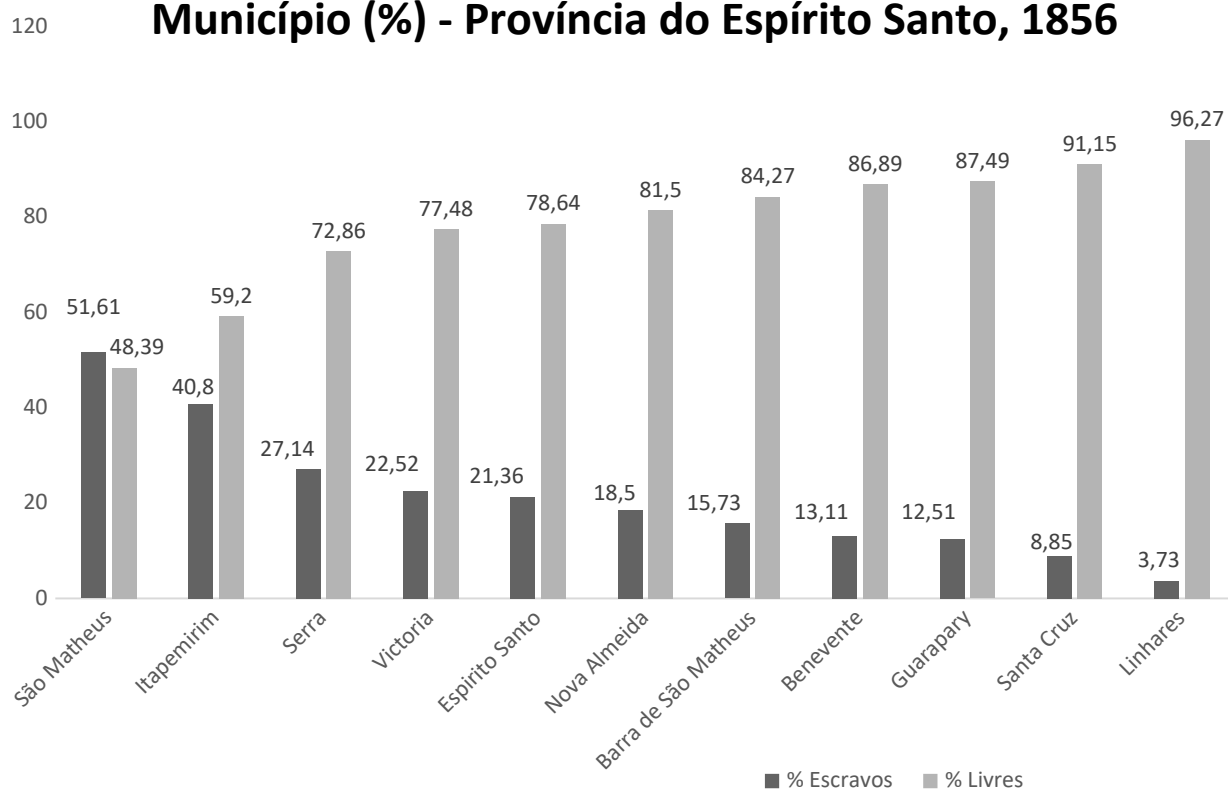
Essa estrutura de economia agrícola foi a chave para localização da população no território, tanto de livres quanto de escravos. O maior número de habitantes era encontrado nos municípios que se destacavam no cultivo, produção e negociação dos principais gêneros, que devido a utilização de técnicas extensivas e braçais se sustentavam na utilização de escravos como os “instrumentos” fundamentais para que as lavouras prosperassem. O Gráfico 1 localiza os escravos em seus respectivos municípios, clarificando sua fundamental concentração nos municípios produtores: Victoria, Itapemirim, São Matheus e Serra (que tinha sua produção exportada por Victoria).

Gráfico 1. Concentração da População de Escravos, por Município (%) - Província do Espírito Santo, 1856



Fonte: Vasconcellos, 1858, p. 99, 133-211, 215-216.

Gráfico 2. População de Escravos e Livres, por Município (%) - Província do Espírito Santo, 1856



Fonte: Vasconcellos, 1858, p. 99; 133-211; 215-216

A população do Espírito Santo, em 1856, era formada por 25% de escravos (Quadro 1), relação que era bem mais elevada nos municípios maiores produtores. Em São Matheus eram 51,61% de escravos, Itapemirim 40,80%, Serra 27,14%, e Victoria 22,52% (Gráfico 2), ressaltando que o menor percentual de Victoria se dava pelo grande número de livres em seu território, tendo em vista sua característica de sede da Província. A capital concentrava 28,75% (Gráfico 1) de todos os escravos do Espírito Santo. Campos reforça essa característica quando registra que,

Embora a população capixaba alcançasse reduzida expressão demográfica ao longo do XIX, não ultrapassando ainda um por cento dos habitantes do país, a proporção de escravos no total de residentes da Província alcançava grande significação. Tal fato conferia à sociedade capixaba a marca distintiva da escravidão, mesmo quando comparada às economias vizinhas do que hoje se conhece como região Sudeste [...]. (CAMPOS, 2011, p. 86)

Os municípios capixabas com maior exportação concentravam 80,86% dos escravos da Província, como mostra o Gráfico 1, o que ratifica a relação direta entre população – escravos – economia. A análise dos dados, estratificados no Quadro 3 e nos Gráficos 1 e 2, sustentam a afirmação de que a Província do Espírito Santo detinha um perfil agrícola. Essa característica de produção da economia era sustentada pela mão de obra escrava, tendo em vista a imigração incipiente até então.

Considerações Finais

O campo de análise da história da população e da demografia histórica ainda é bastante incipiente na história capixaba, onde não se localizam robustas produções na área e nem a sua inserção nas demais discussões históricas, sociais, políticas e econômicas. A importância dos estudos populacionais traz em sua trajetória a necessidade de pesquisas que subsidiem sua formação, estrutura, migração e permanências. Importante que essas pesquisas contribuam para a formação de atores governamentais e não governamentais capazes de contribuir para o entendimento da sociedade capixaba e suas extensões. A análise e a proposição de alternativas, para o conhecimento histórico, devem sempre contar com a contribuição de diferentes disciplinas e de seus saberes substantivos e especializados. Dessa forma, a articulação entre ideias, suporte material e pesquisadores em torno de um novo objeto, ampliará as fronteiras da história da sociedade espírito-santense.

Neste artigo buscamos entender as características da população do Espírito Santo na metade do século XIX, como essa sociedade era estratificada, quais territórios ocupou na Província, assim

como quais fatores influenciaram o processo histórico. Ficou clara a opção da classificação dos habitantes em “livres” ou “escravos”, independente de sua cor, o que indica que esse identificador tinha um cunho social. O que importava era o *status* na sociedade e não a cor de sua pele, pelo menos para efeitos estatísticos. Também ficou evidente o tratamento secundário aos povos indígenas, que foram agrupados, sem nenhum tratamento específico, no bloco dos “livres”. Essa ação evidencia o processo civilizatório de “apagamento” vivido por esses povos, pois reconhecidos como “livres” e “civilizados” perdiam sua gênese e, conseqüentemente, seus direitos legais.

A distribuição da população pelos territórios da Província aponta a influência direta de sua característica agrícola. A cadeia produtiva, baseada na mandioca, no café e na cana-de-açúcar, foi decisiva na formação e crescimento dos núcleos populacionais. As sociedades formadas em cada município e seus territórios refletiam os efeitos econômicos da forma de produção, suas rendas e opções de transporte de mercadorias, sempre tendo como motor principal a mão-de-obra escrava. O escravo era o ator principal e o responsável pela máquina produtiva, sem sua presença a economia não progredia. Sendo assim, a concentração desse grupamento estava nos municípios mais produtivos, maiores e mais importantes da Província. Além de ser responsável pela sustentação econômica, o escravo foi fundamental na constituição e estratificação da sociedade capixaba.

População, diversidade étnica e distribuição territorial são estruturas que configuram a base das sociedades. No Espírito Santo, na metade do século XIX, esse tripé manteve intrínseca relação com a produção econômica da Província, moldando sua ocupação demográfica e movimentação espacial.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz F de. Vida Privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz F. de. *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Cia das Letras. p. 11-94. 1997.
- ALMEIDA, Maria Regina C. de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, nº 75, p. 17-38, 2017.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos de*

População, 22: 339-350.jul./dez. 2005.

BITTENCOURT, Gabriel. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BRAGA, Márcio André. Identidade étnica e os índios no Brasil. *MÉTIS: história & cultura*, v. 4, n. 7, p. 197-212, jan./jun. 2005.

BRASIL. *Regulamento nº. 120, de 31 de janeiro de 1842*. Regulamenta a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841. Rio de Janeiro: Ministério dos Negócios da Justiça, 1842. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Regulamentos/R120.htm.

Acesso em: 29 maio 2020.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 84-96, jul.-dez. 2011.

CARMO, Vânia do. “*Ante o futuro, ante a história*”: o problema da civilização na historiografia capixaba em José Marcelino Pereira de Vasconcellos e Braz da Costa Rubim. 2015. 134 f.

Dissertação (Mestrado em História Social) – UNIRIO/PPGH, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/dissertacoes-de-mestrado-e-egressos-pasta/arquivos/VANIADOCARMOPPGHUNIRIOD.pdf>. Acesso em: 15 de abril 2022.

CÔGO, Anna Lúcia. *História agrária do Espírito Santo no século XIX: a região de São Mateus*. 2007. 200 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH/USP, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-04122007-105016/publico/TESE_ANNA_LUCIA_COGO.pdf. Acesso em: 05 junho 2022.

COSTA, Iraci del Nero da. Pesos e medidas no período colonial brasileiro: denominações e relações. *Boletim de História Demográfica*, São Paulo, FEA-USP, 1(1), 1994. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd1.htm#pesos. Acesso em: 03 maio 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Falla com que o Exm. Vice-Presidente da Província do Espírito Santo José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembléia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1844*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e comp., 1845.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia da abertura da sessão ordinário de 1862 pelo Presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Victoria: Typ. Caphaniense de Pedro Antonio D´Azeredo, 1862.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2001.

LOBO, Carlos. Dispersão espacial da população no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 15, n. 3, p. 19-36, jul./set., 2016.

- MACHADO, Cacilda. Cor e hierarquia social no Brasil escravista: o caso do Paraná, passagem do século XVIII para o XIX. *Topoi*, v. 9, n. 17, p. 45-66, jul.-dez. 2008.
- MARCÍLIO, Maria L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, 14 (1/2), p. 125/143, 1997.
- MATOS, Ralfo. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, 12(1/2), p. 35-58, 1995.
- MOREIRA, Vânia Maria L. *Espírito Santo Indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: APEES, 2017.
- MOTTA, José F. A demografia histórica no Brasil: contribuições à historiografia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, 12(1/2), p. 133/149, 1995.
- MOTTA, Kátia Sausen da. *Juiz de paz e cultura política no início dos oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)*. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFES/PPGH, Vitória, 2013. Disponível em: <https://lhpl.ufes.br/dissertacoes>. Acesso em: 25 julho 2022.
- OLIVERIA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Vitória: APEES: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.
- PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida R. de. Entre Arraías, Vilas, Cidades, Comarcas e Províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. *Revista (Con) Textos Linguísticos*, Vitória, v. 10, n. 17, p. 153-167, 2016
- PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 3, p. 53-82, set. 2009.
- REHER, David S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Brasília, 14(1/2), p. 101/124, 1997.
- ROCHA, Gilda. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*. Vitória: [s.n.], 2000.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 55, p. 83-96, nov. 1999.
- SILVA, Marlon L. da; TOURINHO, Helena L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. *URBE: Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, 9(1), p. 96-109, jan./abr. 2017.
- SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceito e*

temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 77-116. 2000.

VASCONCELLOS, João José de Sepulveda e. *Carta da provincia do Espírito Santo: com parte da Provincia de Minas que lhe está adjacente*. Rio de Janeiro: Lith. Imperial de Rensbury, 1856. 1 mapa, 43 x 49cm. sobre folha 52 x 58cm. Escala gráfica de 10 léguas portuguesas de 18 ao grau (=6,4cm.). ((W44° - W39° / S17° - S22°)). Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart528776/cart528776.htm.

Acesso em: 10 maio 2022.

VASCONCELLOS, José Marcelino P. de. *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*. Victoria: Typographia de P. A D'Azeredo, 1858.